



**CIDADANIA,
O DIREITO DE SER
FELIZ**

IGUAIS E DESIGUAIS, ATÉ QUANDO?

Willes S. Geaquinto.

DEDICATÓRIA

COM AMOR ÀS MINHAS FILHAS DANIELLE E CAROLLINE, COM AS
QUAIS NUNCA ME CANÇO DE APRENDER.

HOMENAGENS

A RUBEM BRAGA, conterrâneo, jornalista, cronista, comentarista político e repórter, que, através da sua humildade, de sua luta pela vida e da emoção das suas crônicas, acabou influenciando na minha escrita e na vida.

A Herbert de Souza, o Betinho, pela sua profunda compreensão da importância da cidadania e pela sua atuação motivadora em prol da justiça social, cuja frase, para mim, dá a dimensão exata da cidadania: “ ***È preciso descobrir, enquanto é tempo, que o importante é ser cidadão, é ser gente*** ”.

A Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança, que, ao falar do combate à miséria, dá clareza a prática da cidadania: “***Qualquer projeto de combate à miséria só vai dar certo se os próprios excluídos se tornarem autores de sua ação libertadora. Eles devem ser sujeito, e não objeto das ações***”.

Aos companheiros, funcionários do Banco do Brasil, que em cerca de 2 mil agências espalhadas pelo país, trabalharam espontaneamente pela Ação da Cidadania contra a Miséria pela Vida.

Aos companheiros de jornada no movimento comunitário de Varginha e Região do Sul de Minas Gerais.

AGRADECIMENTOS

De modo especial e carinhoso, agradeço aos meus pais adotivos, Rosa e José, e a todos aqueles que, por suas ações e atitudes, influenciaram a minha existência e me nutriram de afeto, energia e entusiasmo.

Estendo também os agradecimentos àqueles que sempre têm incentivado a minha trajetória e que, direta ou indiretamente, contribuíram para tornar possível a edição deste livro.

COMO SE FOSSE UM PREFÁCIO

A instalação dos impérios em apogeu, no século XIX, veio aprumar imponentemente a “ideologia da ordem”, como diretriz e base do comportamento político do homem. Por causa dessa ideologia, o individualismo assumiu inflexões que levaram o **politicamente correto** a se confundir com a liberdade - obediência. Tentou-se, então, apagar o conceito da liberdade pessoal como valor sem limites que promove a realização plena da pessoa. O processo da “gnose” continua a restauração, na modernidade, do espírito individualista helênico e ático e ainda nos leva a reencontrar os resquícios da herança medieval na aventura e na tragédia humanas, sempre criando limites à liberdade pessoal para desfigurá-la de sua potência criativa e inovadora.

Mas a vocação humana, antes de tudo, é a liberdade, conforme restabeleceu o pensamento contemporâneo de S. Lyonnet. Há, pois, no pensamento contemporâneo, profunda preocupação com o ideal da liberdade e, portanto, com a libertação do homem, a fim de que ele alcance todo o conteúdo de sua própria dignidade. Warat já sentenciou que “ninguém é livre se não tem asseguradas suas condições materiais de existência”.

Nessa luta de promover a liberdade e, assim, esculpir a verdadeira figura da humanidade, a expressão pós-moderna, com efetividade e recriação, é sem dúvida, o critério da cidadania: igualdade que a todos concede, também, igual poder para fruir no mundo das coisas e do relacionamento entre as pessoas.

A mística dessa esperança é o fator que justifica o enfrentamento da realidade procedido por Willes neste livro. O posicionamento do autor repele o inumano para ajudar a reconstruir o humano, antes que a onda cibernética e tecnológica do século XXI mecanize a sensibilidade e destrua as razões profundas da criação, lançando, definitivamente, ao pó do chão, o entendimento verdadeiro da liberdade. É por querer integrar plenamente a verdade com a liberdade que o autor mergulha fundo nos mares de sua experiência vivencial. Extrai, de sua catedral submersa, dores e força para apontar rumos e discutir situações intelectuais e existenciais, sem nenhum caráter de infalibilidade.

Essa postura corajosa incentiva a leitura desta obra que é mais uma importante contribuição para o entendimento do ser humano na procura de completação em época de globalização. Por todo esse esforço digno, que emerge da quietude de um livro novo, como se fosse um cântico bíblico da conquista do essencial. Sinto-me enaltecido por ter tido o autor como aluno e poder, por causa do deslumbramento de sua personalidade,

dirigir-lhe como se fosse um prefácio, o meu aplauso e o meu louvor nesta resenha modesta.

Naylor Salles Gontijo

Emérito Educador e Professor da

Faculdade de Direito de Varginha/MG

ALÉM DO IMAGINÁRIO

“Cidadania, o Direito de Ser Feliz”, em minha opinião, será um livro útil, sobretudo àquelas pessoas não despertadas para a necessidade de conquistar este direito. O autor enfatiza, em seu texto, esse caráter de conquista, de construção, em que o sujeito é ativo. Desmistifica o direito como outorga e o situa no campo da luta cotidiana por uma vida digna. Sendo assim, a mensagem do livro pode se converter em argamassa necessária à construção de um viver (interno e externo) mais feliz.

No meu entender, o que distingue este livro dos demais, sobre o mesmo tema, é a ênfase no caráter subjetivo da **construção da cidadania**. E a subjetividade é algo complexo. Compreendê-la passa pela imersão no universo simbólico. A autobiografia do autor (A Trajetória de um Instituinte) é rica de simbolismo. Ajudar o leitor a decodificá-la é uma das tarefas deste livro. Talvez a mais importante, porque é a que lhe confere originalidade. O **simbólico** e o **imaginário**, embora complexos, traduzem motivações inconscientes que mesmo as pessoas mais simples captam.

Carmen Licia M. de Almeida

*Professora de Serviço Social
da Universidade Católica de
Minas Gerais.*

ECOS DA TRANSFORMAÇÃO

Em “CIDADANIA, O DIREITO DE SER FELIZ”, Willes desenvolve o tema numa abordagem inédita. A “TRAJETÓRIA DE UM INSTITUINTE” traz um testemunho que emite o brilho da estrela que tem morada no coração do autor. É a luminosidade do guerreiro na luta pela sobrevivência, na resistência em seguir o caminho da marginalidade, no trabalho constante, nas cansadas esperas, nos sacrifícios, discriminações, labor e fadiga. A luz é emitida pelo constante recomeçar e pela vitória conquistada.

O eixo da “AUTO-ESTIMA” reforça a sensibilidade e lucidez de Willes que, na mobilização de líder transformacional, reconhece o princípio segundo o qual ***a pessoa que se rejeita, que não reconhece o seu próprio valor, não conseguirá nunca influenciar seus companheiros.***

Numa postura de modernidade, o autor provoca a dimensão interativa ao propor que o Capítulo XI seja escrito pelo leitor. A proposta representa a quebra dos círculos viciosos que mantêm as pessoas isoladas e alienadas.

Permeando os dez capítulos, percebemos a articulação da teoria e da prática como resultante da vivência do autor, para quem a “Cidadania implica em influir no ambiente em que vivemos, em vez de se deixar levar por ele”.

Lydia Maria Braga Foresti, educadora
Ex Diretora 41a. Superintendência
Regional de Ensino de Varginha-MG

A TRAJETÓRIA DE UM INSTITUINTE (resumo de uma autobiografia)

“ Cada um de nós compõe
A sua própria história.
E cada ser em si
Carrega o Dom de ser capaz,
De ser feliz”.

Renato Teixeira/Almir Sater

Nascido em Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo, “vim ao mundo” sem pai. Quando contava com um ano de idade minha mãe mudou-se para Curitiba, no Paraná, onde, por força do infortúnio, acabei abandonado com um ano e meio de vida. Dos dois até os sete anos fui filho adotivo de uma família humilde que, além de me renascer para a vida, tratou-me com muita dedicação e afeto.

Ao reaparecer, aos sete anos, abruptamente na minha vida, minha mãe biológica não só retirou-me da família adotiva, mas, também, deu-me um padrasto e com ele o acréscimo de novos transtornos, espancamentos, fugas, morada na rua, no circo, fome, frio, e outros acontecimentos próprios desse tipo de experiência. Depois de quase um ano, devido à violência dos espancamentos a que fui submetido pelo padrasto, o Juiz de Menores retirou da minha mãe o *pátrio poder* e fui internado em um educandário de fé católica onde vivi até os doze anos, completando ali o meu curso primário.

Depois desse tempo, com a minha fuga desse educandário, passando pela Delegacia de menores, e internação em um centro de recuperação, - Centro de Formação Profissional Para Menores de Campo Comprido (um nome pomposo) - *uma Febem melhorada em vista de hoje em dia*, retomei a minha caminhada entre a rua e os “Abrigo de Menores”, uma vez que dos sete aos oito anos, por força das circunstâncias mencionadas, já havia experimentado da vivência da rua.

Convivendo com crianças de todas as idades, algumas com histórias semelhantes à minha, outras mais desgraçadas e já iniciadas em algum tipo de delinquência, conheci o inferno a que sempre se têm submetido as crianças pobres e excluídas em nosso país. Mesmo sabendo que na época as condições eram, por assim dizer, melhores que as de hoje, guardo na memória as violações tanto de direitos como da própria condição humana a que estávamos sujeitos.

Num período de quase sete anos, em que sempre estive entre a rua e esse segundo internato, presenciei e vivenciei acontecimentos dignos de estórias e filmes de ficção, barbarismos cometidos não só pelos internados maiores, como também por funcionários pagos, a princípio para disciplinarem e cuidarem das crianças e adolescentes. Espancamentos, pederastia, abusos sexuais, exploração de todos os gêneros, quase sempre davam a tônica dos “cuidados” externados àqueles que ali estavam, de uma maneira ou de outra, colocados à margem da sociedade.

Mesmo vivendo em condições desfavoráveis para o desenvolvimento de uma educação razoável, acredito que influenciado pelos ensinamentos dos meus pais adotivos, onde destaco a importância da minha mãe, e em seguida, pela disciplina do educandário católico, lembro-me que sempre travei uma luta em busca do saber e da superação da condição marginal a que estava submetido. Amparado no fato de que o rústico ensino da minha mãe adotiva me fizera leitor antes mesmo de freqüentar uma escola, cultivei a idéia de que nada seria impossível para mim, desde que eu fizesse da vontade de vencer a minha melhor ferramenta.

Importante destacar que, no período em que vivi na *escola correccional* - outro nome dado ao internato -, nunca pratiquei um roubo ou ações consideradas violentas, apenas pequenos furtos de frutas, legumes e coisas do gênero, utilizadas para aplacar a fome e vontades normais para uma criança vivendo sob aquelas condições extremamente adversas. O que me fez sobreviver dentro da Instituição e, até mesmo na rua, sempre foi o uso da minha inteligência acoplada ao saber adquirido nos livros e na escola, e à vontade, sempre ativa, de buscar um destino diferente daquele ao qual, infelizmente, a maioria das crianças e adolescentes que conheci na época estavam fadados, ou seja, transformarem-se em ladrões, homicidas e outros gêneros de delinqüentes, coisa comprovada anos depois na leitura das páginas policiais dos jornais de Curitiba.

O curso primário completo me proporcionou algum destaque no segundo “abrigo de menores”, já que mais de 90% dos internos mal sabiam ler. E mesmo naquele ambiente adverso eu e alguns outros nas mesmas condições conseguimos “estudar fora”, quer dizer, freqüentar um ginásio externo, onde cursei até a segunda série. Para dar uma idéia das dificuldades dessa empreitada, basta dizer que o transporte até o ginásio era feito na boléia de um caminhão, fizesse sol, chuva ou caísse geada. Suportei; suportamos tudo isso, por pouco tempo, já que a humilhação era grande naquele colégio de classe média, distante da nossa realidade “marginal”. Era doído não ter merenda na hora do lanche, não ter alegria para brincar na hora do recreio.

Acabada a experiência de “estudar fora”, decepcionado e angustiado me recolhi a uma nova rota dentro do internato. Mesmo tendo sido instalado dentro de *nosso ambiente* um ginásio, levado por um professor de matemática incompetente e por uma pedagogia cega às nossas diferenças, aboli a escola da minha vida aos 14 anos. Acabei, então, indo morar, transferido, por cerca de oito meses, num internato rural no interior do Paraná, numa localidade chamada Tibagi. Lá aprimorei meu gosto pelas coisas da roça e meu espírito de liderança, sendo aos quinze anos levado a *tomar conta*, a ser capataz, do sítio do Diretor da Escola.

Depois desse período, de volta ao internato de onde saíra, consegui que me deixassem trabalhar na cozinha, uma maneira de ter certeza de não passar fome, além de obter algum tempo livre para viver aventuras pelas matas e riachos, ali existentes em abundância. Nesse período, desenvolvi a arte de escrever cartas e cobrar por elas; costumava emocionar os pais dos internos, aqueles que os tinham, ao detalhar o dia-a-dia vivido ali naquele ambiente. O pagamento era feito através de muitas “moedas”: balas, pés-de-moleque, cocada, paçoca, cigarro, estilingue, “gibis”, alguns brinquedos e outras bugigangas .

Nesse período narrado aconteceram muitas outras coisas, boas e ruins, as quais detalharei numa outra oportunidade, talvez num futuro livro autobiográfico. O significativo, contudo, foi o fato de nunca ter abandonado o hábito da leitura. Diziam, no internato, que eu era *louco por livros e revistas*, e que quem quisesse fazer amizade comigo tinha que começar me dando um gibi ou algum livro, mesmo que velho. A leitura era importante para mim, porque dava uma dimensão maior ao meu mundo, quer dizer, o meu universo ia além da vida no internato ou das ruas, quando eu me refugiava nelas. De certa forma, era o meu escape: *fuga da miséria, da marginalidade, do rumo à delinqüência*.

Saindo do internato e da vida de rua, depois de algumas peripécias, acabei servindo o exército (130. Regimento de Infantaria - Ponta Grossa - Paraná), experiência memorável, de fel e mel. Naquela época, início de 1969, senti-me um perfeito *subversivo* naquela disciplina, para mim desconhecida, castradora e inibidora da minha auto-estima. E eu que ingenuamente pensava em seguir carreira no exército brasileiro, um jeito de fugir à miséria, fui marcado pelo estigma do “*mau comportamento*”, devido a minha rebeldia inata e compreensível. Mas, nem por isso lamentei; afinal, foi graças ao dinheiro ganho de *meretrizes* e com o comércio de comida de primeira para os filhos de papais ricos, que não suportavam o *rango* (boião, comida) servido para os soldados (trabalhei na cozinha dos Oficiais e Sargentos), pude fumar *cigarro de filtro* (um luxo entre os miseráveis soldados), ouvir muitos discos, ir aos bailes, namorar e

ler muitos livros no tempo que passava recluso na cadeia do regimento. Ampliar o meu conhecimento, essa ainda era minha rota.

Conheci meu pai legítimo aos vinte anos e uma outra parte da família, irmãs e irmãos, mas isso não mudou muito a minha vida, a não ser o aumento de biografia e um cabedal de decepções. Sonhava com um encontro caloroso com meu pai; emoções, puro cinema dramático, mas, nada disso. Meu pai mostrou-se muito pobre afetivamente, e o tempo que vivi com ele foi de inseguranças e tensão, fui mais explorado na minha força de trabalho do que os seus próprios empregados. Alguns registros mais alegres deram-se com minha única irmã *de pai e mãe*, tios, tias, padrinhos, avós (meu bom avô, companheiro de baralho), e a vida seguiu seu velho e surrado *script*.

Aos vinte e cinco anos, já tinha vivido e sobrevivido a quase tudo de bom e de mau, inclusive à morte do *Jackson, meu irmão de 19 anos*, morto por um tiro e por não ter tido *a felicidade de bons livros e boas companhias*. Eis que, depois de muito viajar, consigo retomar meus estudos na minha terra natal, Cachoeiro de Itapemirim, em 1975. Na esteira do ensino supletivo, volto a meta que sempre perseguira, a conquista do saber. E no curto espaço de dez meses, contando com o incentivo de familiares e pessoas alheias a esse círculo, conclui o primeiro grau, o segundo grau e passei no meu primeiro vestibular, no curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia de Cachoeiro.

Foi nessa empreitada que, pela primeira vez, tomei conhecimento daquilo que anteriormente, para mim, era um ente subjetivo e até mesmo intuitivo, a cidadania. Foi no estudo da matéria de O.S.P.B (Organização Social e Política Brasileira) que me deparei com a tal da cidadania. Foi aí que, através de incansáveis leituras, entendi a razão de tudo o que fizera até então.

Ao participar do movimento estudantil, via Casa do Estudante de Cachoeiro, no contato com outras pessoas e lideranças estudantis, na leitura de revistas e jornais da época, alguns até clandestinos, vislumbrei que no campo participativo e solidário estava o princípio, a mola mestra da conquista da cidadania. A partir daí, entendi que a minha busca por *um lugar ao sol*, que o *vencer na vida* tinha o seu sentido como conquista da auto-estima e da cidadania; que o meu sucesso não dependeria só de ter um bom emprego; o que desejava era uma vida com dignidade e que, além dos deveres, eu também tivesse direitos, como cidadão.

Empurrado pelo medo e pelas ameaças do autoritarismo vigente - que via em cada tentativa de resgate da cidadania uma ameaça à segurança nacional -, tive que sair de Cachoeiro e *cair no mundo* novamente, voltando ao Paraná, dessa vez a Ponta Grossa. Mesmo tendo sido aprovado no vestibular da Universidade Estadual, agora para Estudos

Sociais, por alguns motivos de ordem política e familiar, tive que deixar a cidade.

Desembarquei, no princípio do ano de 1977, em Belo Horizonte onde, com a mesma ânsia, agora reforçada pela busca da cidadania, e contando com a solidariedade de amigos ali descobertos e de outros incentivadores, fui galgando degraus. Entrei na Universidade Federal de Minas Gerais, contando com o apoio, para mim fundamental, da Fundação Mendes Pimentel de Belo Horizonte, onde estudei Filosofia, reoptando depois pelo estudo do Direito, vindo a concluir o curso com mérito, anos mais tarde, na cidade de Varginha, Sul de Minas Gerais. Isso depois de uma passagem de três anos por Manaus e Tabatinga (como funcionário do Banco do Brasil), na beira do Rio Solimões, no Estado do Amazonas onde, índios, mestiços e negros, “todos pobres”, como diria Caetano, vivem a perversidade da falta de cidadania.

Acredito que a minha história foi o que me levou a participar ativamente, por mais de quinze anos do Movimento Comunitário da cidade de Varginha e de algumas outras cidades da região do sul de Minas Gerais. Nesse período fui presidente, durante cinco anos, de uma entidade não governamental, denominada Plenária dos Conselhos Comunitários de Varginha, que congregava os Conselhos de bairros da cidade. Fui um dos fundadores e presidi também uma entidade de defesa e preservação do meio ambiente, a Associação Ecológica Vertente. Como representante de usuários do SUS, no Conselho Municipal de Saúde, fui presidente do mesmo por duas gestões.

Além da atividade sindical, onde ajudei a fundar alguns Sindicatos de trabalhadores, incluindo o dos Bancários de Varginha, participei também como militante político durante um tempo considerável (11 anos), no Partido dos Trabalhadores. Com base nessa vivência, mesmo entendendo que a política de modo substantivo é um dos instrumentos do exercício da cidadania, concluí que a atividade político-partidária no Brasil, devido aos jogos de interesses não saudáveis e a seus vícios seculares, desqualifica, sobremaneira, a auto-estima e a personalidade daqueles que apenas se pautam eticamente pelos interesses da maioria, conferindo à cidadania um valor inferior àquele que essencialmente é da sua natureza.

Sobre, a experiência, das entidades comunitárias e não governamentais, apesar de saber das dificuldades que esse tipo de organização enfrenta, pelas causas mais diversas, mantenho e carrego comigo a convicção de que, principalmente, através dessa prática participativa é que será possível realizar o ideal da democracia representativa e direta, como sei também, que a âncora fundamental a ser conquistada é a democratização do saber, pois é através dele que se chega à consciência e ao exercício da cidadania.

Para aqueles que não acreditam nisso, apenas exponho meu testemunho concreto dessa luta, já que, é impossível separar a luta pela sobrevivência e pela dignidade humana, num país miseravelmente tão desigual como o nosso, da luta pelo saber, da luta pela condição de ser cidadão em toda a sua totalidade.

Há ainda muitas histórias para contar, o que pretendo fazê-lo num futuro livro autobiográfico ou num livro dedicado a questão da auto-estima. Os detalhes dessa trajetória, marcada por algumas tentativas de suicídio (a primeira aos 8 anos de idade); As fugas do abrigo de menores apenas para comprar, no centro de Curitiba, livros e revistas usadas, como “Seleções” e “O Cruzeiro”; o caminho das drogas e do alcoolismo; a vivência de ser andarilho; os tempos de fome e frio; a experiência amazônica(a realização do sonho de conhecer a floresta e a convivência com o medo de morrer nela); como deixei a advocacia e, depois de novos estudos, optei por ser terapeuta, etc.

Fecho este resumo, contando que hoje ainda reservo tempo para atuar voluntariamente, realizando palestras motivacionais, Encontros e Workshops para escolas e outras entidades beneficentes e sem fins lucrativos. Porque acredito que alguém como eu, “que viveu o que já vivi”, tem o dever humanístico de compartilhar todo o conhecimento adquirido nessa trajetória. Não por algum aspecto de vaidade, mas, pela esperança de que outros despertem o “instituinte” que têm em si próprios e venham somar forças nessa profícua luta pela cidadania humana e integral.

POR QUE CIDADANIA?

A vontade que se faz asas

É que te elevará.

A sabedoria é o farol.

Cidadania. Nos últimos anos, mais do que em outros tempos, ouvimos falar muito dela. Porém, ao leigo, ao homem simples do povo, muito pouco se tem explicado a respeito. Eu, por experiência própria, **como trabalhador braçal que já fui, bóia-fria, servente de tudo, peão, mão-de-obra barata e desqualificada**, sem carteira assinada e outros direitos básicos, quase nada sabia de cidadania, apesar de praticamente ter passado uma vida toda tentando ser cidadão.

Num país onde muito pouco se exercita a cidadania, onde a cada instante, a dignidade humana é ultrajada em nome de um desenvolvimento onde o homem é apenas um número inanimado e sem alma, escrever este livro é um desafio. E faço isso pensando nos brasileiros e também nos excluídos do planeta, os **sem-tudo e sem-nada, que compõem a grande massa dos SEM-CIDADANIA**.

Ouvimos discursos inflamados, conclamações à cidadania, mas, na maioria das vezes, são chamamentos sem sinceridade. A demagogia tem sido a tônica daqueles que costumam reduzir o exercício pleno da cidadania a atitudes isoladas em torno de causas que, nem sempre, são as da maioria; o desconhecimento pelo povo, da essência dos seus **direitos e responsabilidades**, contribui também para as ações manipuladoras da vontade popular.

A história brasileira tem poucos registros de ações onde a cidadania tenha falado mais alto, contribuído para mudanças substanciais na vida do povo. Talvez o fato mais recente seja o impedimento do ex presidente Collor, mas nem por isso, a vida da maioria sofreu grandes alterações. A miséria, por exemplo, continua sua feroz trajetória. Aliás, vale aqui destacar outro exemplo, o da campanha da **Ação da Cidadania Pela Vida, Contra a Fome e a Miséria**, coordenada, na época, pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, cujos resultados práticos até hoje têm apontado soluções, resgatando a cidadania e mobilizado centenas de milhares de pessoas pelo Brasil afora.

Por outro lado, quando o homem comum busca informações ou esclarecimentos, a respeito do assunto cidadania, acaba ouvindo teses, verdadeiros tratados, mas, continua a se perguntar: “... e daí, para que serve a cidadania?...” Foi partindo dessa indagação e de posse daquilo que aprendi na vida, na luta diária, nos livros e na prática das organizações

sindicais e comunitárias das quais participei, que resolvi escrever este livro. Buscando sempre, de maneira simples e clara, fornecer informações e até alguns preceitos sobre a cidadania e o seu vital exercício.

Não existe neste livro a pretensão de dar receitas acabadas sobre o exercício da cidadania e nem ser definitivo, posto que as observações nele contidas têm como objetivo colocar, na ordem do dia, uma discussão, uma reflexão mais concreta e objetiva sobre a cidadania, uma vez que acredito ser *ela* o caminho para diminuir a distância das injustiças e das desigualdades sociais.

Também assumi tal tarefa por acreditar que o exercício pleno da cidadania é a mola mestra do desenvolvimento da pessoa humana, como agente realizador de transformações históricas, na busca do aprimoramento das instituições políticas e sociais e do resgate dos ideais de igualdade e fraternidade; e por entender, também, que só o homem atuando de forma consciente e solidária pode mudar a realidade tal qual ela se nos apresenta nos dias de hoje.

Finalmente, por acreditar firmemente que à cultura do comodismo, da espera do milagre, da mágica e do paternalismo, que tanto faz vicejar o poder de manipulação das carências humanas, a ação da cidadania deve contrapor-se de maneira concreta e objetiva, através da prática e da mobilização participativa, apresentando soluções eficazes e eficientes e fazendo valer a vontade da maioria. Se o que se deseja é construir democracias estáveis, instituições sadias e vida com dignidade, isto só será possível, em qualquer lugar do mundo, quando cada pessoa, independente de sexo, credo religioso, cor, idade, etc., seja de fato e de direito um cidadão.

Para concluir esta pequena justificativa, digo que este livro, antes de ser um tratado, tese ou coisa similar, pretende ser uma contribuição, um ato de fé na possibilidade da evolução humana, pois, acredito que cada pessoa, cada cidadão, deve contribuir com sua parte, com um pouco de si, para tornar o lugar onde vive neste planeta, mais feliz, mais comunitário, solidário e fraterno. ***A cidadania humana*** em toda a sua extensão e integralidade deve ser o novo paradigma a guiar o homem ao que chamo de ***principal direito universal, o direito que toda criatura humana tem de ser feliz.***

Willes S. Geaquinto
Dezembro de 2001

Capítulo I

DO QUE SE FALA E DO QUE SE FAZ

Na escola nos ensinam que ***cidadania é o conjunto de direitos e deveres civis e políticos de um Estado***. Por sua vez, cidadão é o indivíduo, a pessoa no exercício da cidadania, quer dizer, é ***o cidadão no gozo dos direitos e no desempenho dos deveres perante o Estado***. Uma definição subjetiva e essencialmente jurídica, que alguns, de forma proposital, confundem também com o caráter de nacionalidade, ou com o direito de votar e ser votado.

Se fosse tal qual a definição, quem sabe tudo seria muito simples. Ocorre que exercitar a cidadania não é tão fácil assim, principalmente devido a uma série de fatores e dificuldades que, aos poucos, ficarão evidentes neste livro. É oportuno, ainda, observar que, ao exercitar a cidadania, as relações interpessoais também devem ser consideradas, uma vez que o Estado é apenas uma figura de representação política da nação que, em tese, deveria garantir o pleno gozo dos direitos e o cumprimento dos deveres. Pode-se dizer, dentro dessa perspectiva, que o *vir a ser* da cidadania só se realiza nos atos e atitudes dos indivíduos, e não apenas no seu enunciado, no seu conceito.

Embora classicamente a cidadania seja uma qualidade *atribuída* ao cidadão, na verdade ela principia na pessoa humana; a lei pode trazer no seu bojo preceitos, definições e formas reguladoras da cidadania, porém, ela não a realiza, não torna o indivíduo cidadão apenas pela subjetividade. A compreensão de que para ser cidadão bastaria simplesmente cumprir as leis é totalmente ultrapassada, aliás, esta sempre foi a lógica do discurso da chamada *classe dominante*; uma maneira de reduzir e limitar o exercício da cidadania ao cumprimento unilateral das regras legais, sem que houvesse a contrapartida do Estado em proporcionar condições para o gozo dos direitos fundamentais dos cidadãos.

De forma clara, concreta e objetiva, a Cidadania não é o seu enunciado, mas, sim, o seu exercício. Ela emana da sua prática, do *compromisso consciente* do indivíduo ao atuar, ao assumir o papel de agente da transformação histórica e ocupar o seu espaço de forma objetiva dentro do universo político, econômico, cultural e social. A cidadania é que qualifica o cidadão e ela só se torna transparente e concreta através da ação. O indivíduo estanque, parado, é só indivíduo e não sujeito instituído de cidadania. É possível afirmar, utilizando-se do que disse Raul Seixas

em Ouro de Tolo: aquele que fica “*sentado no trono de um apartamento, com a boca escancarada cheia de dentes, esperando a morte chegar*” dificilmente chegará a ser um cidadão, embora muitos sejam levados a acreditar no contrário.

A cidadania é também, por assim dizer, *uma via de mão dupla: traz consigo o querer, o desejo, a reivindicação da concretização de um direito, e, por outro lado, enseja uma contrapartida, uma responsabilidade*. A comunidade de um bairro, por exemplo, ao reivindicar o atendimento do seu direito ao lazer, solicitando à Prefeitura a construção de uma quadra de esportes, ao ser atendida, assume a responsabilidade pelos cuidados do bem em questão. Concretamente, isso significa que a cada “gozo de direito” corresponde uma nova ação do sujeito da cidadania, aquela que preserva o direito. Sendo assim, a ação de cidadania “não se aliena e nem se submete”, pelo contrário, a dinâmica do seu exercício é que dá o tom da emancipação do cidadão.

Vale destacar ainda que, de forma relativa, as chamadas cidadanias civis e política estão num campo onde, pode-se dizer, estão mais próximas da sua realização; por outro lado, a cidadania social ainda está por se fazer, se concretizar. O espaço que separa “*os que têm dos que não têm*”, “*os incluídos dos excluídos*”, “*os iguais dos **desiguais***”, ainda é um longo caminho que precisa ser percorrido a passos largos e sem trégua.

Capítulo II

NEM TUDO SÃO FLORES

*“E há que se cuidar do broto,
pra que a vida nos dê flor
e fruto”.*

Milton Nascimento

Como já disse no capítulo anterior, a cidadania não se instala apenas pelo enunciado da lei, não é uma condição líquida e certa. E isso se verifica devido a modelos preexistentes na sociedade, modelos estes que habitam, por assim dizer, o próprio inconsciente coletivo, o imaginário, influenciando o pensamento, os juízos de valores, os comportamentos e tudo o que daí resulta. São esses modelos *pré-estabelecidos* que dificultam o exercício da cidadania. Dentre esses modelos destaco alguns, tomando como base um texto denominado “O Que é Preciso Para Ser Cidadão”, de autoria do Pe. Juvenal Arduini, a fim de que seja possível entender aquilo que denomino de *dificuldades da cidadania*.

No Brasil desde os seus primórdios, por força da concentração do poder econômico, a começar pelo período escravagista, estabeleceu-se uma divisão social onde a maioria do povo é considerada e se acredita inferior. A partir daí, da primazia selvagem do capital sobre o trabalho, é que foram delimitados os direitos e deveres de cada um.

Se antes eram os senhores de escravos que dominavam, hoje temos usineiros, latifundiários, empresários nacionais e multinacionais a gerirem o destino da maioria do povo brasileiro. São os “*cidadãos de primeira classe*”, proprietários, inclusive, de meios de comunicação e do acesso ao conhecimento, que gozam dos seus extremados direitos ignorando suas obrigações e os direitos dos demais. São eles que acumulam também, além de propriedades e dinheiro, sempre mais poder político, num sistema de subordinação e submissão do povo, considerados como “*cidadãos de categoria inferior*”; é o modelo sempre em vigor da “*casa grande e da senzala*”: a opressão dos senhores e a condição de oprimidos dos escravos.

Derivado do modelo acima, chamado por muitos de “*oligárquico*”, temos “*o paternalismo*”, onde a maioria do povo, dentro da sua *visão de inferioridade* e abandono, de forma filial e submissa,

buscando satisfazer as suas carências e necessidades de toda ordem, recorre aos políticos detentores do poder, e estes, por sua vez, posando de *pais do povo*, distorcem a realidade e propagam a falsa idéia de que são generosos e bons, ao invés de exploradores e responsáveis pela miséria existente. Esse modelo, na verdade, reforça a submissão do povo à exploração das classes dominantes, pois, na medida em que tais políticos dão migalhas para aplacar momentaneamente a miséria reinante, contribuem também, de forma significativa, para perpetuar a injustiça social e econômica. O paternalismo *camufla* o papel do explorador, transformando-o num benemérito, atribuindo a este qualidades de um *cordeiro*, quando na verdade é o *lobo* que demarca a sua personalidade e as suas atitudes.

Outro modelo é aquele que se refere ao fatalismo, à fatalidade, ao inevitável, ao destino. A idéia de que não há como mudar a rota dos acontecimentos, de que tudo transcorre “*naturalmente*”, é pregada e aceita como se fosse algo imutável. Muitas crenças são tornadas verdades absolutas, inclusive aquela de que “*Deus é que fez o mundo assim*”, portanto, não há o que mudar apenas conformar-se.

Esse conformismo, em boa dose, pregado pela maioria das religiões, só contribuiu para a perpetuação da dominação, das desigualdades. Essa é a lógica que sempre uniu algumas religiões e o poder, não só no Brasil, mas, também, nos chamados países do terceiro mundo, onde vicejam os “sem-cidadania”. Vale lembrar, que nas últimas décadas, setores *progressistas* da igreja católica e de algumas outras religiões vêm incentivando, através das chamadas “políticas sociais”, uma maior participação política e a conscientização para a cidadania.

Outros tantos modelos existem e estão, firmemente, impregnados no consciente e no inconsciente coletivo a obstruir, a impedir, a dificultar o desenvolvimento de uma consciência de cidadania. Além disso, tais formas de manter o indivíduo estático e conformado renovam-se a cada dia; mensagens sutis ou não, explícitas ou não, são enviadas a todo o momento pelos meios de comunicação, de maneira a fazer crer à maioria explorada que, apesar de tudo, “*este é o melhor dos mundos*”. Aliás, a democratização do acesso ao saber, que para mim é fundamental para *tornar-se cidadão*, tem que passar também, inevitavelmente, pela democratização dos meios de comunicação. Sem que isso ocorra, as elites, que ainda hoje detêm esse monopólio, continuarão impedindo o desenvolvimento da cidadania.

Se dificuldades existem, elas devem ser vencidas. Essa motivação consciente deve ser a essência das atitudes de quem deseja ser cidadão. Nos próximos capítulos certamente outras dificuldades ganharão clareza, porém, em contrapartida, o modo de combatê-las também.

Capítulo III

DIZE-ME COM QUEM ANDAS

*Que te ouçam a fala
Por toda a cidade.
E a dignidade
Possas em vida recriá-la.*

A essência do regime político democrático está alicerçada, principalmente, no princípio da soberania popular, o que, de maneira simples, significa governo do povo. Dessa afirmativa, uma pergunta, entre tantas outras, se destaca e aguçá os sentidos: *De que povo?*

É comum ouvirmos dos porta-vozes das oligarquias dominantes, que a democracia existe porque *quem elege os governantes é o povo*, que *o voto é o momento maior da cidadania*. E aí surgem outras indagações: *será que todo povo que vota é cidadão? Em que condições o povo exercita o seu voto?*

Segundo o Dicionário de Política, de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, a democracia contém “*procedimentos que são universais*”, e dentre estes destaco alguns para embasar aquilo que chamo de *confronto entre cidadania e democracia*:

“ I- *Todos os eleitores devem ser livres e votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível...*;

II - *Devem ser livres também no sentido em que devem ser postos em condição de terem reais alternativas...*”.

Tomados os dois enunciados acima, é possível entender o porquê do *confronto entre cidadania e democracia*. Sem subjetivismo algum, declaro que somente o cidadão no exercício pleno da sua cidadania é livre para votar de acordo com a sua própria opinião, entendido inclusive, que ele só a forma, exercitando livremente o seu senso crítico. Portanto, não há como desconhecer, minimizar ou subestimar a necessidade da existência de condições democráticas favoráveis para o exercício da cidadania, uma vez que a sobrevivência da democracia está intimamente ligada a essa prática. Acredito, então, que o pilar, a principal condição, da democracia deve ser a cidadania, claro está, o seu exercício e não apenas a outorga legal.

Um dos ideais que norteiam a democracia, pelo menos implicitamente, é a igualdade, que tem sido apresentada como se pudesse mesmo ser realizada, iludindo de certa forma o indivíduo mais crente. A desigualdade é mostrada como se fosse apenas uma carência individual e material, econômica. Essa abordagem interessa tanto aos plantadores das desigualdades, como também aos revolucionários da miséria e demagogos, pois, individualizando e dando uma face apenas material para a desigualdade, sugere-se a possibilidade do seu fim. Ocorre que a desigualdade não se mede apenas pelos que “*não têm*”, mas, também, pelos que “*não são*”, pelos que “*não sabem*”, pelos que “*nada esperam*”, como bem exemplifica Pedro Demo em uma de suas obras reflexivas.

Realizar o fim das desigualdades é difícil, realmente utópico, porém é possível, democraticamente, proporcionar condições de igualdade de oportunidades, assim como é possível alcançar a emancipação, o que, como diz o mesmo Pedro Demo, “*não se instaura a igualdade, mas se possibilita uma sociedade mais democrática...*”. E isso, certamente não será servido em uma bandeja, caberá ao cidadão essa conquista. Ampliar o espaço das chamadas conquistas democráticas é tarefa da cidadania, do seu fazer constante.

Como disse o poeta, “*é preciso estar atento e forte*”. Existem situações em que tanto a democracia como o exercício da cidadania vive momentos do chamado faz-de-conta. Exceções à parte, um exemplo disso acontece quando se propõe a participação popular na elaboração de Planos Plurianuais, Planos de Obras ou Leis Orçamentárias municipais. As lideranças comunitárias, depois de consultarem suas comunidades, passam praticamente um ano discutindo com técnicos e secretários municipais a definição das obras consideradas prioritárias para suas cidades. Depois disso, normalmente, as Leis são aprovadas, quase sempre, por unanimidade pelas Câmaras Municipais. Conclusão: A experiência mostra que passados quase quatro anos, a maior parte das obras prioritárias eleitas pelas comunidades não são realizadas, e as “*prioridades*” de fato acabam sendo ditadas por outros interesses, mormente político-eleitorais e econômicos.

O que se deduz desse fato é que é puro engano dizer que as condições da democracia se medem apenas pelo direito de expressão, de falar. Ao contrário, a **boa democracia** é aquela que garante ao cidadão o direito de ser ouvido, é aquela que proporciona condições objetivas para a realização da cidadania.

Capítulo IV

HOJE, AMANHÃ E DEPOIS DE AMANHÃ

*A educação só é válida,
se renova e transforma.
Reiventado, o saber valida
O bem que de ti transborda.*

Falar de educação, ao contrário do que possa parecer, não é tarefa fácil, já que no campo conceitual existem divergências e diferenciações, principalmente no que se refere aos termos educação e instrução. Além disso, outras questões se impõem como, por exemplo, *qual o seu objeto? Ela é adquirida na escola ou na sociedade? A quem ela serve como instrumento de dominação, ideológico, etc.?* Não é meu objetivo entrar na discussão dessas diferenças e nuances, uma vez que o tema aqui em exposição é o da cidadania e sua relação com alguns elementos que podem interferir ou não no seu exercício, ou seja, a educação aqui será tratada de forma abrangente, “*como o povo entende*”, como costuma dizer um amigo meu.

Diz a Constituição brasileira: “*A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*”. Se tomássemos como base o dito constitucional, sem levar em consideração a realidade, com certeza diríamos que a educação no Brasil serve à causa da cidadania. Ocorre que entre o enunciado e a prática existe um vácuo a ser preenchido, não só pelo Estado, mas também pela família e pela própria sociedade. E o irônico, ou interessante nisso tudo, é que o exercício da cidadania que o texto constitucional propõe é justamente aquilo que deve ser acionado para garantir que a educação cumpra o seu papel. Disso tudo, depreende-se que a educação para a cidadania não depende única e exclusivamente da “*educação oficial*”, da instrução escolar, como preferirem, uma vez que esta tem *educado* para a submissão, para uma “*cidadania menor*” reforçando as desigualdades.

A reflexão que proponho a partir do que já foi dito, se baseia principalmente no fato de que a educação deve ser a base para o exercício da cidadania, e para que isso aconteça é necessário a compreensão de que deve-se rever todo o sistema educacional vigente, pois, da forma como

ele hoje se apresenta, não deixa de ser mais um agente de inibição do exercício da cidadania.

Se o próprio professor ou educador não se garante como cidadão, tem a sua dignidade, sua auto-estima e o seu amor próprio, ultrajados a todo instante, como pode ele ser um agente disseminador, motivador da cidadania? Aqui tomo a liberdade de transcrever um trecho de um artigo de David L. Bogomoletz, em *Crise da Cidadania...*, que vem enriquecer essa reflexão: “... a educação para a cidadania poderia ser uma idéia louvável. Só que para ser uma prática também louvável, é indispensável que os que ensinam - do governo ao professor - sejam um exemplo concreto do que está sendo ensinado. Caso contrário, acaba-se ensinando a hipocrisia. Isto, acabou sendo muito bem ensinado e, infelizmente, bastante aprendido”. Sobre o mesmo tema diz Huberto Rohden: “toda a arte de educar consiste em despertar e estimular no educando suas potencialidades dormentes”, em outras palavras, a educação deve ser um estímulo ao desenvolvimento do homem em toda a sua essência, capacitando-o para a vida.

Sobre isso, lembro-me das dificuldades que enfrentei nas escolas por onde passei, nas dificuldades para entender o confronto entre a realidade em que eu vivia e aquela que tentavam me fazer crer que existia. Penso que, se eu tivesse dependido apenas dos estímulos da escola, acreditem: hoje eu não estaria aqui propondo esta reflexão. Possivelmente, se não estivesse na escuridão de uma cela, estaria representado por mais um número na estatística dos miseráveis, dos *sem-cidadania*.

Entendendo o exercício da cidadania como uma potencialidade que precisa ser estimulada, motivada no indivíduo, não há como fugir à conclusão de que a educação, em todas as suas formas, deve servir ao cidadão. Embora saiba que o exercício da cidadania assusta as elites, às oligarquias, isso tem que ser confrontado, a não ser que queiramos continuar perpetuando as desigualdades, ou então continuar no faz-de-conta de que queremos mudar alguma coisa.

De nada valem os discursos tipo: “a solução é a educação”, se a ação política concreta não acontecer na mesma direção. Há que se repensar a educação a partir do básico, do acesso à escola, dos currículos escolares, da formação dos professores, da construção de uma ética do professor, dos salários, da gestão democrática e comunitária da escola, da participação comunitária nas decisões político-pedagógicas. Tudo isso, bem entendido, partindo da instituição de uma nova pedagogia que, como diz o mestre Paulo Freire, *tome a educação como prática da liberdade* e da cidadania; uma educação voltada e compromissada com o resgate da *cidadania humana* em toda a sua extensão.

Certamente, dificuldades existem para que a educação cumpra alguns dos objetivos propostos; o que posso dizer é que não são intransponíveis; acima dos interesses econômicos e políticos, é chegada a hora da cidadania também “*reinventar a educação*”.

Capítulo V

O BOM SENSO É CRÍTICO

*Olhar para distinguir,
Ver, Julgar e Agir.*

Muitas pessoas, estudiosas ou não, são unânimes em afirmar que devemos ao regime autoritário, implantado no Brasil a partir de 1964, que durou mais de 20 anos, a perda do senso crítico do povo brasileiro. Tenho cá minhas dúvidas quanto a isso, porque nesses tantos anos de vida nunca vivenciei em tempo algum e nem obtive conhecimento histórico sobre o exercício dessa qualidade pelo povo de uma maneira geral, a não ser em algumas elites intelectuais ou políticas.

De resto, o senso crítico pouco tem sido exercitado de maneira imparcial e construtiva, como deveria sê-lo. E isso tem uma razão, mormente porque a crítica, quando não censurada, foi levada à condição de ofensa, de inveja e, até mesmo, pasmem, como *subversiva*. Dessa maneira, o senso crítico foi jogado no fosso das *coisas pecaminosas*, algo como: *ter bom senso é não ter senso crítico*. E cooperaram mais com isso o sistema educacional implantado pelos militares e os oligarcas subalternos. Mesmo hoje em dia, quando vivemos num regime democrático relativo, o senso crítico ainda é malvisto.

Mas alguém deve estar se perguntando: *E o que tem a ver o senso crítico com a cidadania?* Eu respondo: **tudo a ver** e mais, como diz o Pe. Juvenal Arduini: “*Cidadania requer senso crítico*”. De certa forma é difícil, para não dizer impossível, exercer a cidadania sem que se formule uma posição crítica em relação à realidade em que se vive. Como ser cidadão, sem uma análise do que acontece no nosso dia-a-dia, sem questionar acontecimentos tais como: a falta de liberdade e de oportunidades, a miséria, o desemprego que marginaliza, a discriminação racial, a escalada da violência, os preconceitos de toda ordem, as desigualdades, a corrupção, a exploração da força de trabalho, o trabalho escravo e a prostituição infantil, a falta de ética na política, e muitos outros fatos e acontecimentos?

O senso crítico, ao contrário do que nos querem fazer crer, é saudável ao exercício da cidadania e, ainda, ao próprio aperfeiçoamento do regime democrático. Esta capacidade de entender, de apreciar, de formar um juízo, de formular explicações, de avaliar o que é ruim ou bom, o

positivo e o negativo, no universo onde habitamos, na sociedade, é de suma importância para que sejamos cidadãos. A consciência crítica permite que, de posse da “*fotografia*” da realidade, possamos elaborar e construir uma nova vivência, um novo modelo de relações e valores.

A falta de uma visão crítica torna o indivíduo um “*Maria vai com as outras*”, um “Zé Ninguém”, como diria Reich. Fornece condições para a manipulação, para a ilusão, para o engano, para a manutenção do que há de mais perverso na sociedade brasileira, que é a crescente miserabilidade da maioria do povo. O comodismo que bloqueia a participação também é fruto da ausência do senso crítico, assim como o pessimismo extremado.

A educação, à qual me referi no capítulo anterior, deve ter o dom de despertar no indivíduo as suas potencialidades, e, entre estas, a de desenvolver o seu senso crítico. Deve capacitá-lo também a dizer *não* diante daquilo que oprime e ofende sua condição de cidadão; através do *olhar crítico o cidadão descobre-se objeto de um estado de coisas que lhe fazem mal e se conscientiza*, se encaminha para uma nova atitude: a de ser sujeito da construção de uma “*nova ordem*” que o torne mais feliz. O saber deve proporcionar ao indivíduo condições concretas à sua emancipação, à realização da sua cidadania e da sua felicidade.

Capítulo VI

A MÃO QUE EMPUNHA A ENXADA

“A política é a arte de impedir as pessoas de participarem de assuntos que são do seu interesse”.

Paul Valéry

Você pode não gostar da maioria dos políticos, achá-los “*um bando de safados*”, uns “*sacanas de marca maior*”, porém, não deve pensar o mesmo da Política, quer dizer, não dá para confundir a Política e com os políticos. Existem várias definições para o termo *Política*, segundo o dicionário “Aurélio”: “*a arte de bem governar os povos; sistema de regras respeitantes à direção dos negócios públicos; astúcia; esperteza*”. João Ubaldo Ribeiro, escreve no seu belo livro “Política”: “... *um processo através do qual, interesses são transformados em objetivos e os objetivos são conduzidos à formulação e tomada de decisões efetivas, decisões que ‘vinguem’*”. Pode-se dizer também, que política é um conjunto de atitudes ou ações humanas, em uma dada sociedade, que visam ao bem comum, ao bem de todos. Definições à parte, a política está presente em nossas vidas o tempo todo, para o bem ou para o mal.

Como mencionado no capítulo “Nem Tudo São Flores”, existem vários modelos, ou arquétipos que fazem parte da nossa cultura, do nosso imaginário. E mais um deles é o de que “*a política não vale nada*”. Na verdade, se você ainda não percebeu, é isso a que a chamada “*classe dominante*”, “*os donos do mercado*”, querem que você pense; que o povo pense. Sabe por quê? Porque aí, só quem vai “*fazer política*” serão “*eles*” e, logicamente, em benefício deles próprios ou de seus aliados.

É comum ouvirmos pessoas que dizem: “*sou apolítico*”, “*não estou nem aí para a política*”, “*o meu negócio é cuidar da minha vida*”, “*política é pra quem entende*”, “*política? estou fora!*”. Não existe maneira mais destrutiva de *fazer política* do que esta: *negando a própria cidadania*. O fazer político acontece tanto pela ação como pela omissão, o fato do indivíduo não participar, não impede que outros participem e privilegiem os seus interesses, mesmo que estes não sejam os interesses da maioria. O que alimenta a corrupção, em certa medida, é a passividade da maioria,

a descrença na atitude política, na cidadania. *Se os homens de boa fé, de boa índole, não participam, os maus políticos tomam conta do poder.*

Apreendi certa vez que a política é como se fosse uma ferramenta, uma enxada: *“se você a der na mão de quem não sabe usá-la ou estiver mal intencionado, tal ferramenta será usada de forma inadequada ou destruída; ao invés de capinar as ervas daninhas, ela poderá cortar as plantas boas”*. Essa tem sido a lógica da política dominante, onde o cultivo do individualismo ou do corporativismo submete a maioria do povo, considerado como *massa de cidadãos inferiores*, a ficar esperando eternamente a fatia de um bolo que os chamados *superiores* já comeram. A atualíssima denominada política *neoliberal* é um retrato concreto disso, quando privilegia a acumulação e o lucro selvagem do capital, ao invés de implementar políticas sociais com vistas ao fim estrutural da pobreza e da miséria absoluta. Aliás, as chamadas políticas neoliberais, na verdade, *inviabilizam a pessoa humana*, tornando-a refém das chamadas leis de mercado.

O exercício da cidadania tem a ver com a política, na medida em que *ela* está o tempo todo presente no nosso dia-a-dia. Participar da política é uma responsabilidade maior do que aquela de votar e ser votado. O *indivíduo* tem que instituir-se, se realizar como sujeito e objeto do fazer político, e isso se conquista pelo exercício constante da cidadania. O *fazer político* não é algo separado, distante de nossas vidas. Como diz João Ubaldo Ribeiro: *“é a condução de nossa própria existência coletiva, com reflexos imediatos sobre nossa existência individual, nossa prosperidade ou pobreza, nossa educação ou falta de educação, nossa felicidade ou infelicidade”*.

A política não deve submeter a cidadania, pelo contrário, o exercício pleno da cidadania é que deve nortear o *fazer político* e o seu resultado. Em resumo, a ação da cidadania é que deverá ser a condutora do poder político, restaurando a *boa ética*, redefinindo prioridades e objetivos, instaurando uma nova ordem de igualdade. Tomando como premissa o que diz Norberto Bobbio: *“objetivamente, uma das razões através das quais numa sociedade existem pessoas livres e pessoas não livres, ou ainda mais livres e menos livres, é a péssima distribuição de poder”*, é possível afirmar também que somente o exercício constante da cidadania é que poderá resultar numa maior distribuição do poder político e, conseqüentemente, numa sociedade com maior igualdade. Ou, então, como escreveu Silvia Gerschman: *“A materialidade da cidadania é resultado de conquistas políticas e sociais”*.

Capítulo VII

VIDA QUE TE QUERO VIVA

*“Num paradigma ecológico,
o que mais se enfatiza é a
vida, o mundo vivo de que
somos parte e de que nossa
vida depende”.*

Fritjof Capra

Eu, você, todos nós temos *“direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*. Que bom, hein! Assim está escrito na Constituição Federal, nas Estaduais e até nas Leis Orgânicas Municipais. Porém, como costumava dizer Plínio Marcos, *“sempre há um porém”*. Quem nos dá garantia disso? O Estado? Os governos? Ninguém. Principalmente se o que nos rege hoje, via globalização, neoliberalismo e outros *ismos*, são as leis do mercado e dos mercados.

E a quem caberia proteger o meio ambiente? Ao Poder Público? Também. Mas, como bem sabemos que o Poder Público não é assim tão público, cabe a nós o exercício desse direito e desse dever. A ação da cidadania, como em outras circunstâncias, é que deve impor-se como condição para a preservação e proteção ambiental. A coletividade de que trata a Lei Maior são os cidadãos, portanto, mãos à obra.

Temo quando, às vezes, as lutas pela preservação ambiental sofrem uma infame descaracterização: *“coisa de grupos minoritários”*, *“ecologistas festivos”*, *“de quem só quer saber de plantas e animais”*, e outras tantas coisas jocosas ditadas, evidentemente, pelo analfabetismo político-ambiental. Temo porque acredito ser imprescindível que a causa ambiental seja definitivamente encarada como uma causa da cidadania humana, universal, assim como o direito à vida. O cidadão do mundo deve respeito ao meio ambiente, logo o exercício da cidadania tem que se fazer presente em qualquer situação de ameaça ao patrimônio ambiental.

Educar para a cidadania também é educar para a preservação da natureza, do seu equilíbrio. A cidadania não pode ficar alheia ao que é fundamental, *“à preservação do bicho homem”*, como costuma dizer o

ambientalista mineiro Sérgio Mário Regina. Manter o meio ambiente inteiro e saudável é tarefa de todos.

Para enriquecer a reflexão sobre o assunto, cito Leonardo Boff, teólogo e pensador cristão, em seu livro *Ecologia, Mundialização, Espiritualidade*: “*A ecologia não é um luxo dos ricos e nem uma preocupação apenas dos grupos ambientalistas ou dos Verdes e seus respectivos partidos. A questão ecológica remete a um novo nível da consciência mundial: a importância da Terra como um todo, o bem comum como bem das pessoas, das sociedades e do conjunto dos seres da natureza, o risco apocalíptico que pesa sobre o criado. O ser humano pode ser anjo da guarda bem como satã da Terra*”.

Do ponto de vista da cidadania, é preciso entender urgente que o meio ambiente é inteiro e toda a agressão que se faz a ele, com certeza, terá as suas conseqüências e estas, inevitavelmente, atingirão o agressor, o homem, já que ele é parte integrante desse *ambiente*. Mesmo com o crescente interesse pela preservação ambiental, ainda falta muito para instituímos uma nova ordem ecológica mundial que leve *holisticamente* em consideração a vida como um todo, e não apenas fragmentos dela.

A verdade é que nunca tivemos uma cultura ecológica, o “*bicho homem*” sempre agiu como centro de tudo, sempre agiu como senhor da natureza, como aquele que tudo pode. Acreditou numa *mãe terra* inesgotável a nutrir sempre, mesmo que violentada e mal cuidada. Hoje já se percebe que não é bem assim, é preciso cuidar do útero que nos acolhe. Pensando assim, não vejo outro caminho senão o da ação da cidadania na construção de uma nova ética ecológica, levando em consideração as três ecologias de que nos fala Felix Guattari: “*A ecologia interior, ou seja, o meio ambiente interno - a relação do ser humano consigo mesmo; a ecologia das relações sociais - da relação dos seres humanos entre si na construção da sociedade; e a ecologia da relação com a natureza*”. Em resumo, isto viria estabelecer uma nova visão ecológica onde prevaleceria a idéia, como diz Leonardo Boff, do “*equilíbrio da comunidade terrestre*”, visando “*refazer a aliança destruída entre o ser humano e a natureza e a aliança entre as pessoas e povos para que sejam aliados uns dos outros em fraternidade, justiça e solidariedade*”.

Capítulo VIII

DA LEVEZA DE SER

*“Mas, é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre...”*

Milton Nascimento/ Fernando Brant

De modo geral, o exercício da cidadania não é tarefa fácil. Como mostrado em capítulos anteriores, dificuldades de toda ordem estão presentes, desde aquelas mais fáceis de serem superadas até aquelas estruturais, que dependem de muita luta para serem vencidas. No caso da mulher, por exemplo, essas mesmas dificuldades aumentam, uma vez que a condição feminina é brutalmente vitimada pelo preconceito e a discriminação. Ainda que a atual Constituição iguale os direitos e obrigações de homens e mulheres, na prática, a mulher continua sendo considerada *minoría, cidadã de segunda classe*. “*Lugar de mulher é na cozinha*”, inacreditavelmente esse ainda é o fundamento que rege em muito as relações entre homens e mulheres na nossa sociedade.

Embora em alguns setores a mulher tenha conseguido alguma igualdade, o fim do domínio machista ultrapassado ainda está por vir. E isso não se deve somente ao domínio do homem, deve-se, sobretudo, além de aspectos culturais e estruturais que determinam as nossas relações sociais, à falta do reconhecimento pela própria mulher da sua qualidade de cidadã.

Existe uma Lei em vigor que garante que 30% do número de vagas a candidaturas proporcionais (vereadores, deputados estaduais e federais) devem ser preenchidas por mulheres. No dizer de lideranças feministas “*trata-se de um avanço considerável*”. Discordo, de certo modo, dessa afirmativa, uma vez que, a meu ver, a conquista do espaço político por todo e qualquer segmento social deve resultar do consciente exercício da cidadania, da conquista irreversível no campo da objetividade, na luta concreta no meio social, econômico e político. A concretização da cidadania não pode continuar dependendo de concessão ou apenas da outorga legal. Se o exemplo for seguido, logo teremos uma lei garantindo *tantos por cento* para os negros, para os índios, para os homossexuais e para tantos outros segmentos discriminados e excluídos, que em nada resolveria as desigualdades e injustiças sociais. Mesmo porque a *cidadania*

não se mede em percentuais. Ser ou não ser cidadão ou cidadã, eis a questão!

A ideologia do *patriarcado* tem que ser confrontada; a dominação do homem, tida como natural, não pode mais ser aceita de forma submissa. Ao invés do enunciado “*lugar de mulher é na cozinha*”, outro precisa ser incorporado à liberação da mulher: “*para um mundo igual, responsabilidades e direitos iguais*”, ou seja, o exercício da cidadania da mulher tem que começar na família, principalmente com a divisão do *trabalho doméstico*, incluindo aí a educação dos filhos. A desigualdade na divisão social do trabalho é que gera, entre outras coisas, cidadãos e cidadãs de primeira ou segunda classe, e isso começa lá, onde as tarefas e responsabilidades sobrecarregam a mulher. A dupla jornada de trabalho é antidemocrática por excelência.

A emancipação feminina, aqui vista sob o ângulo da igualdade de oportunidades, tem como premissa básica a realização da cidadania da mulher em todo o seu alcance, de forma plena. E isso, certamente, só será conquistado através da mobilização solidária e participativa, tendo em vista que a ocupação pela mulher do seu espaço próprio não virá sem confronto, sem desafios a serem vencidos. O importante é que a mulher, toda mulher, tome para si a responsabilidade de tornar-se cidadã e, principalmente, como diz Pedro Demo, de instituir-se “*sujeito social, incondicionalmente dotado de direitos*”.

Capítulo IX

AUTO-ESTIMA É FUNDAMENTAL

“Os indivíduos com uma visão negativa de si mesmos tendem também a encarar as outras pessoas e o próprio mundo de forma negativa”.

Glória Steinem

Ao abordar em palestra esse tema, onde na platéia havia um número expressivo de professores, fui logo indagado sobre: “*o que a cidadania tem a ver com a auto-estima?*”. A princípio, devo confessar que estranhei a tal pergunta, já que dentro da minha própria vivência e observações tenho percebido a importância da auto-estima na luta pela conquista da cidadania.

O fato da auto-estima ser um ente subjetivo, muito abordado em áreas como a psicologia, psicanálise, relações humanas e similares, é que gerou a tal pergunta, e com razão; afinal, a noção que a maioria das pessoas têm da cidadania é que esta é uma “*coisa*” *que só se refere a direitos e deveres, porquanto, isso não tem a ver se sou mais ou menos feliz, se isso contribui para que eu goste mais de mim, me autovalorize mais.*

A auto-estima é a noção de valor que a pessoa tem de si mesmo, isto é, *ela* é a medida do quanto “*gosto e confio em mim mesmo*”; o conceito que a pessoa tem de si própria. Se a minha auto-estima é baixa, isso significa que não me acredito competente, não me atribuo qualidades, sinto-me inferior; os outros são sempre melhores, nada do que faço tem importância. Se, pelo contrário, minha auto-estima é alta, positiva, isso significa que me valorizo, que não me sinto inferior a ninguém, que quero o melhor para mim, que confio em minha competência pessoal.

O exercício da cidadania, dentro desse contexto, significa também a conquista de uma auto-estima qualificada, uma vez que, ao exercer a cidadania, as pessoas estão confrontando todas as situações que lhes foram impostas: como as da inferioridade, da opressão, da manipulação, do medo, da submissão, etc. Situações que as condicionaram à perda do amor próprio, da noção de valor que têm de si mesmas. A busca da emancipação, o “*andar com as próprias pernas*”, a construção histórica e objetiva de um novo modo de vida só será viável a

partir da valorização da pessoa humana, e nesse sentido, o exercício da cidadania funciona também como alimentador da auto-estima, e vice-versa.

Se prestarmos atenção a muitas das mudanças ocorridas no mundo nos últimos tempos como, por exemplo, o fim do comunismo na Polônia, a queda do muro de Berlim, o fim do *apartheid* na África do Sul, veremos que a *auto-estima* desses povos falou mais alto no momento de confrontar a opressão, as injustiças. É possível concluir, inclusive, que a auto-estima tem papel preponderante não só na vida particular das pessoas, como também, na trajetória dos povos.

Uma democracia substantiva e plena só se realizará se expressar no seu conteúdo a auto-estima dos cidadãos, até porque, hoje, quando tanto se tem apregoado *as qualidades da globalização econômica, da dinâmica das leis de mercado*, que nada mais são do que componentes *da ditadura do capital, da institucionalização de um novo colonialismo*, a tônica de desenvolvimento econômico não tem levado em consideração o desenvolvimento da pessoa humana. Porque não globalizar a auto-estima, a dignidade e a solidariedade?

Um dos aspectos inibidores da auto-estima, ao qual não poderia deixar de me referir, mesmo que de forma não muito profunda, é o da *sexualidade*. Isto porque a compreensão da questão da sexualidade é fundamental para o entendimento da “*relação de angústia e prazer*” do ser humano. *A repressão do movimento expansivo do homem em direção ao prazer, via educação castradora, é o que nos torna angustiados e impotentes, presas fáceis do autoritarismo e da opressão. A servidão voluntária decorre, muitas vezes, do bloqueio da energia necessária ao questionamento, à confrontação de uma ordem instituída e reconhecida como natural.*

Sob a ótica da repressão da sexualidade é possível entender o porquê de tanta exploração e opressão, ou, o que faz com que os milhões de famintos e explorados não saqueiem e não se revoltam, e que muitas vezes beijem os grilhões que os mantêm aprisionados. Wilhelm Reich, diz no seu livro *A Revolução Sexual*: “*As necessidades humanas são formadas, transformadas e especialmente subjugadas pela sociedade*”, o que significa dizer que a chamada classe dominante é quem direciona e manipula tudo, inclusive sentimentos e emoções.

Como bem exemplifica Roberto Freire, em *Tesudos de Todo Mundo Uni-Vos*, “*a pedagogia autoritária busca fundamentalmente, ao bloquear a liberdade de ser, de sentir e de fazer das crianças, focalizar a sexualidade e a sensualidade como pulsões negativas e perigosas. A afetividade é então desenvolvida com base no sacrifício, no dever e na obediência, ou seja, no aprendizado da frustração das necessidades básicas*”. Praticamente está aí, nessa pedagogia castradora e autoritária,

muito da explicação pela perda da auto-estima e, conseqüentemente, da cidadania da maioria do povo. É lógico que não é só isso, existem outros fatores a serem considerados, mas para início de reflexão, estes são dados de suma importância.

Tenho dito que, homens e mulheres ao se descobrirem, de forma objetiva e potencial, *cidadãos e cidadãs*, descobrem também o valor que eles têm e, a partir daí, *com uma visão positiva de si mesmo*, não há como parar essa escalada, uma vez que agora sabem que submeter a cidadania a outros significa estarem submetidos de corpo e alma à *condição de inferiores, de cidadãos de segunda ou terceira classe, sem amor próprio*. A condição psicológica do *ter ou não ter auto-estima* é determinante para o exercício da cidadania e, quem sabe, para o encontro da felicidade.

Para exemplificar melhor a questão da *auto-estima*, de sua importância tanto na individualidade de cada um, como no processo de crescimento coletivo, cito um exemplo vivido por um grande período de minha vida, na trajetória a que me refiro no princípio deste livro, enquanto vivia buscando fugir à marginalidade, ao caminho que me levaria certamente à delinqüência e ao que resulta dela. Não foram poucas as vezes que ouvi, inclusive de alguns familiares, que eu nunca seria alguém na vida, que eu ainda iria me tornar um ladrão, que tinha tudo para ser um bandido... Dotado de algum saber, eu rebatia esses ditames, com um pensamento até singelo, o de que *eu gostava muito de mim para deixar que algo ruim me acontecesse*.

Hoje me lembro disso e compreendo de onde eu tirava aquele “*gostar de mim*”. Minha mãe adotiva, no período em que morei com ela, costumava dizer-me muitas vezes que eu era muito inteligente, que tinha tudo para ser um grande homem, que eu ainda ia ser um “*doutor*”. Tenho certeza que foi aí que me nutri, que alimentei minha auto-estima, o que me fez sobrevivente e instituir-me cidadão, ao ponto de hoje poder contribuir para despertar a auto-estima de outras pessoas, para ser solidário e motivar outros a tornarem-se cidadãos comigo.

Capítulo X

FOI DADA A LARGADA

*“Não vale desanimar
nem preferir os atalhos
sedutores que nos perdem,
para chegar mais depressa”.*

Thiago de Mello

Na trajetória até este capítulo, percebeu-se que o exercício da cidadania envolve várias dificuldades de toda ordem: antropológicas, psicosociais, culturais, econômicas, religiosas e outras. Na verdade, um universo de fatores *conspira* contra a cidadania. Porém, se nos ativermos à *cultura da dificuldade*, com certeza não vamos mudar nada, os anos passarão e até lá teremos escrito mais livros, enciclopédias, enumerando cada uma das dificuldades; muitos ganharão até prêmios com suas monografias e teses sobre os *obstáculos intransponíveis na maratona da cidadania*. De minha parte, não é essa a minha proposta. Conhecer as dificuldades é um ponto, vencê-las é outro.

Pensando assim é que proponho a participação como elemento chave na ação da cidadania. A participação efetiva, **o tomar parte, o estar participando**, e não **o fazer parte** de forma passiva, acomodada, **inerte**. Detalhe: **o tomar parte, a participação efetiva**, não é algo colocado fora do homem, pelo contrário, é o caminho para que o homem revele, manifeste o seu fazer, a sua capacidade de realizar. Além disso, como diz Juan E. Diaz Bordenave “*sua prática (da participação) envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com as demais pessoas, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas e, ainda, a valorização de si pelos outros*”, e eu acrescentaria ainda que melhorariam as capacidades de autovalorização e de sauto-satisfação.

Como se vê, a participação não é uma *simples coisa, uma atitude vazia*, daí a sua importância para o exercício da cidadania. Acredito mesmo que é a participação que dá conteúdo à cidadania, e ela não é um *bicho de sete cabeças*, podendo ser efetivada no núcleo familiar, nas associações de moradores, nos sindicatos e em outras tantas organizações. A participação é uma responsabilidade social.

Outra atitude que gostaria de mencionar, para finalizar este capítulo, é a da **solidariedade**. Ao “descobrir” a participação, acredito que com ela também surge o elemento da solidariedade, isto porque, **ninguém**

participa sozinho. Quem participa, co-participa, ***percebe a existência do outro,*** participa com mais alguém. Assim sendo, vale lembrar, que o exercício da cidadania se realiza ***com participação e solidariedade,*** movidas sobremaneira pela consciência, pela motivação e pela vontade.

Capítulo XI

PRAZER EM CONHECER*

* Este capítulo é destinado a você leitor, a sua participação e reflexão: “Prazer em conhecê-lo, como vai a sua cidadania?” Gostaria de contar com o seu depoimento, escreva o seu capítulo para que você também participe e o livro seja nosso. Ia fazer um roteiro de avaliação do livro, desisti, por acreditar que, assim como *o caminhante é quem faz o seu caminho*, cada um tem sua história para contar.

** Se quiser, mande cópia de seu depoimento para o seguinte endereço:
e-mail: [willesterapeuta @bol.com.br](mailto:willesterapeuta@bol.com.br)

PARA REPARTIR COM TODOS

Com este canto te chamo,
porque dependo de ti.
Quero encontrar um diamante,
sei que ele existe e onde está.
Não me acanho de pedir ajuda:
Sei que sozinho
nunca vou poder achar.
Mas desde logo advirto:
para repartir com todos.

Traz a ternura que escondes
machucada no teu peito.
Eu levo um resto de infância
que meu coração guardou.
Vamos precisar de fachos
para as veredas da noite
que oculta e, às vezes, defende
o diamante.
Vamos juntos.
Traz toda a luz que tiveres,
não te esqueças do arco-íris
que escondes no porão.
Eu ponho a minha poronga,
de uso na selva, é uma luz
que se aconchega na sombra.
Não vale desanimar,
nem preferir os atalhos
sedutores que nos perdem,
para chegar mais depressa.

Vamos achar o diamante
para repartir com todos.
Mesmo com quem não quis vir
ajudar, falta de sonho.
Com quem preferiu ficar
sozinho bordando de ouro
o seu umbigo engelhado.
Mesmo quem se fez de cego
ou se encolheu de vergonha
de aparecer procurando.
Com quem foi indiferente

e zombou de nossas mãos
infatigadas na busca.
Mas também com quem tem medo
do diamante e seu poder,
e até com quem desconfia
que ele exista mesmo.

Existe:

O diamante se constrói
quando o procuramos juntos
no meio da nossa vida
e cresce, límpido cresce,
na intenção de repartir
o que chamamos de amor

***Poema extraído do Livro Mormaço
na floresta, de Thiago de Mello,
poeta amazonense que “não vive com
a cabeça nas nuvens”.***

CONHECIMENTO E CIDADANIA

Como escrevi num dos capítulos deste livro, ninguém é cidadão sozinho. Na verdade, ativos ou não, somos co-participantes da história. Se você desejar saber, pelo menos um pouco dos seus direitos e responsabilidades e, com isso ativar, estimular, a prática da cidadania, sugiro, entre outras, as seguintes leituras:

1. Declaração Universal dos Direitos do Homem (ser humano);
2. Constituição Federal;
3. Constituição Estadual;
4. Lei Orgânica Municipal;
5. Consolidação das Leis Trabalhistas;
6. Declaração Universal dos Direitos da Criança;
7. Estatuto da Criança e do Adolescente;
8. Código de Defesa do Consumidor;
9. Lei Orgânica da Assistência Social;

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	02
HOMENAGEM	03
AGRADECIMENTOS	04
COMO SE FOSSE UM PREFÁCIO.....	05
ALÉM DO IMAGINÁRIO.....	07
ECOS DA TRANSFORMAÇÃO.....	08
A TRAJETÓRIA DE UM INSTITUINTE (resumo de uma autobiografia)	09
INTRODUÇÃO - POR QUE CIDADANIA?	15
CAP. I - DO QUE SE FALA E DO QUE SE FAZ.....	17
CAP. II - NEM TUDO SÃO FLORES.....	19
CAP. III- DIZE-ME COM QUEM ANDAS.....	21
CAP. IV- HOJE, AMANHÃ E DEPOIS DE AMANHÃ.....	23
CAP. V - O BOM SENSO É CRÍTICO	26
CAP. VI- A MÃO QUE EMPUNHA A ENXADA.....	28
CAP. VII- VIDA QUE TE QUERO VIVA.....	30
CAP. VIII- DA LEVEZA DE SER	32
CAP. IX- AUTO-ESTIMA É FUNDAMENTAL	34
CAP. X - FOI DADA A LARGADA.....	37
CAP. XI- PRAZER EM CONHECER.....	38
PARA REPARTIR COM TODOS – POEMA.....	39
CONHECIMENTO E CIDADANIA.....	41
ÍNDICE.....	42
BIBLIOGRAFÍA	43

OBRAS CITADAS E QUE INSPIRARAM ESTE LIVRO

- 1- O QUE É PRECISO PARA SER CIDADÃO ? - texto de Pe. Juvenal Arduini, revista Vida Pastoral - julho/agosto, 1994.
- 2- CIDADANIA & PARTICIPAÇÃO - texto de Pedro Demo, revista Tempo Brasileiro nº 100, Rio de Janeiro, jan-mar, 1990.
- 3- CRISE DA CIDADANIA-PAROXISMO DA INDIVIDUALIDADE - texto de Davi L. Bogomoletz, revista Tempo Brasileiro nº 100, Rio de Janeiro, jan-mar, 1990.
- 4- CONSCIÊNCIA E CIDADANIA - texto de Silvia Gerschman, revista Democracia nº 110, Rio de Janeiro, fev-mar, 1995.
- 5- REFLEXÕES (cidadania humana)- Maria Luiza Angelin, anais do Congresso de Psicologia da Comunidade, tomo II, Belo Horizonte, agosto, 1992.
- 6- DICIONÁRIO DE POLÍTICA - Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, Editora UNB, Brasília, 1995.
- 7- A TEORIA DAS FORMAS DE GOVERNO - Norberto Bobbio - Editora UNB, Brasília, 1994.
- 8- EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE - Paulo Freire - Editora Paz e Terra, São Paulo, 1981.
- 9- AS IDEOLOGIAS E O PODER EM CRISE - Norberto Bobbio - Editora UNB, Brasília, 1994.
- 10- POLÍTICA - QUEM MANDA, PORQUE MANDA, COMO MANDA - João Ubaldo Ribeiro - Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.
- 11- ESCRITOS INDIGNADOS - Democracia x Neoliberalismo no Brasil - Herbert de Souza (Betinho), Rio Fundo Editora - IBASE, Rio de Janeiro, 1991.
- 12- EDUCAÇÃO DO HOMEM INTEGRAL -Huberto Rohden, Fundação Alvorada, São Paulo, 1979.

- 13- SABEDORIA INCOMUM - Fritjof Capra, Editora Cultrix, São Paulo, 1995.
- 14- A REVOLUÇÃO INTERIOR - Gloria Steinem, Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 1992.
- 15- MORMAÇO NA FLORESTA - Thiago de Mello, Circulo do Livro, São Paulo, 1988.
- 16- ESCUTA, ZÉ NINGUÉM! - Wilhelm Reich, Martins Fontes Editora Ltda, São Paulo, 1977.
- 17- O HOMEM ROUCO, Rubem Braga, Editora Record, São Paulo, 1984.
- 18- A IMPORTÂNCIA DO ATO DE LER, Paulo Freire, Cortez Editora, São Paulo, 1985.
- 19- O QUE É PARTICIPAÇÃO, Juan E. Diaz Bordenave, Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.
- 20- O QUE É EDUCAÇÃO, Carlos Rodrigues Brandão, Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.
- 21- A REVOLUÇÃO SEXUAL - Wilhelm Reich, Círculo do Livro, São Paulo, 1985.
- 22- TESUDOS DE TODO MUNDO UNI-VOS, Roberto Freire, Editora Siciliano, São Paulo, 1995.
- 23- ECOLOGIA MUNDIALIZAÇÃO ESPIRITUALIDADE- Leonardo Boff, Editora Ática, São Paulo, 1993.
- 24- ESCOLA E DEMOCRACIA - Dermeval Saviani, Cortez Editora, São Paulo 1989.
- 25- SE VOCÊ FINGE QUE ENSINA, EU FINJO QUE APRENDO - Hamilton Werneck, Editora Vozes, Petrópolis/RJ, 1995.
- 26- A NOVA ÉTICA - Pierre Weil, Editora Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1993.
- 27- AS TRÊS ECOLOGIAS - Felix Guattari, Editora Papyrus, Campinas, 1988.

28 – A ARTE DE VIVER EM PAZ – Pierre Weil, Editora Gente, São Paulo, 1993.

MÚSICAS CITADAS

- OURO DE TOLO - Raul Seixas
- MARIA MARIA - Milton Nascimento/Fernando Brant
- CORAÇÃO DE ESTUDANTE - Milton Nascimento/Wagner Tiso
- HAITI - Caetano Veloso
- TOCANDO EM FRENTE – Renato Teixeira/ Almir Sater